

DEGRAU INFORMACIONAL

Justino Alves Lima

A Informação Alinhada (ou a empulhação eletrônica)

A eleição presidencial brasileira trouxe à tona uma questão aparentemente subliminar: a do analfabetismo. E não há de se supor que neste caso o pior analfabetismo seja o político. Não, no caso em questão fica evidente que é a falta de informação. Uma renovável verdade, sequer assumida por intelectuais que chegam ao poder. Posto está que mais uma vez a desinformação foi a grande vencedora da recente eleição majoritária nacional.

Quando levantamos esta questão estamos motivados por dois aspectos: 1) o suposto (grosseiro e levemente articulado) analfabetismo de um dos candidatos; e 2) o analfabetismo de 30 milhões de brasileiros. Ressalte-se que o primeiro extremamente suscitado pela mídia, enquanto que o segundo relegado a discussões acadêmicas.

Ainda está muito vivo na lembrança de 31,5 milhões de brasileiros

Analisa a qualidade da informação que é concedida ao cidadão brasileiro. Esclarece que o poder informacional está concentrado na mídia, especialmente na televisiva, e que culmina numa informação massificada que tende à manipulação. Apresenta a teoria do degrau informacional, em que as peças institucionais (bibliotecas) não apresentam proporção de importância. Estabelece a necessidade de uma nova tendência institucional que modifique a estrutura da concessão da informação, privilegiando a biblioteca escolar.

(o número de eleitores que votaram em Luís Inácio Lula da Silva no segundo turno da eleição presidencial de 1989) o caso da edição global do último debate televisivo.

A edição tinha um objetivo: mostrar aos analfabetos e semi-analfabetos que o "doutor" era mais preparado, era o homem indicado para tirá-los da situação de pobreza em que estavam mergulhados.

Ao agir daquela forma, a emissora considerou o coletivo de analfabe-

tos e semi-analfabetos uma massa amorfa da sociedade brasileira, facilmente manipulável. Ao tempo em que acenava para tempos de bonança com as propostas do candidato escalado não acenava com mudanças estruturais na educação, mais de perto no quesito informação que, sendo honesta e confiável, daria subsídios ao eleitor, ainda que mergulhado no seu isolamento literário, para decidir livre de fisiologismos da troca ou da sociologia de currais eleitorais. Desrespeitou-se a concessão pública de um canal que presumivelmente deve cuidar da educação e cultura dos cidadãos que indiretamente outorgaram a concessão.

Nesta eleição, embora não existindo o expediente da edição global, não só a tv palaciana fez a leitura do candidato ideal para gerir a pobreza dos tupiniquins. Desta vez toda a mídia alinhou-se: da televisiva à impressa. A televisiva e a radiofônica para alcançarem a massa mais facilmente controlável; a impressa, com menor poder de alcance, para referenciar um candidato aos quatro milhões de brasileiros que consomem toda a literatura do país. A esta última convinha alertar que eles não poderiam enganar-se: o voto de intelectual deveria ser dado a intelectual; o de escolarizado, em alguém mais sabido que ele.

Mas adultos não se deixam conduzir, conduzem. Assim deveria ser na política. Os eleitores precisam

atestar a maioria para poder votar, portanto a eles deve competir a condução dos projetos globais da sociedade via políticos eleitos. O eleitor, ao confessar-se submisso, atesta que quer ser conduzido, não restando a ele exigir mudanças estruturais da sua realidade. O que termina por convencionar que sempre procurará votar em um político mais sabido que ele. Em tese se existe tal convenção, configura-se a total falta de informação.

A informação que prevalece para vários milhões de eleitores brasileiros é a televisiva que, num bem articulado alinhamento, não passa de uma empulsação eletrônica com o objetivo de (re)eleger os detentores do poder, numa seqüência interminável de posse do Estado e renovação de concessões.

A Informação Configurada (ou a inutilidade corrente)

● avanço na informação é prevalente em grupos detentores do poder - seja político, seja econômico. Reside aí um outro ponto nodal: até que ponto a informação pontual tem servido ao brasileiro, ao coletivo nacional? Não se discute a importância da informação tecnológica, que deve continuar sendo aprimorada para trazer soluções à humanidade. O que deve se discutir enquanto projeto nacional emergente é qual a informação do cotidiano, a informação básica necessária para o entendimento das informações pontuais.

A informação do cotidiano está restrita às televisões. Deve urgente e emergencialmente fazer parte da instituição biblioteca. Assim urge novas tendências informacionais via bibliotecas públicas, comunitárias e escolares.

É comum nos encontros e debates de bibliotecários em que o tema é a biblioteca escolar se dizer que este segmento da biblioteconomia está em crise. Falácia tamanha só comparável ao "Brasil, país em desenvolvimento" ou a "criança esperança". (Passaram-se décadas e nem atingimos o desenvolvimento nem a realidade esperada). O segmento biblioteca escolar não está em crise porque ele ainda não existe. O que não acontece com o segmento das bibliotecas públicas, já centenário por leis e decretos, e quase que em crise permanente, excluindo-se raras ilhas de excelências pontuados por alguns sistemas de bibliotecas públicas que deram certo.

Quanto à biblioteca escolar, embora tenhamos alguns órgãos da biblioteconomia que se preocupam com o assunto, ainda não temos leis que formatem a ação; e por isso mesmo seja elevada a matéria institucional. As ações são isoladas, portanto não atingindo um coletivo e não firmando jurisprudência na ação bibliotecária e pedagógica.

A presença do Estado enquanto agente financiador da informação

pública se restringe, na sua grande maioria, à prática corrente da doação de livros, lugar comum em municípios atingidos ou não pela esfera federal (os estados e municípios se esmeram em copiar maus exemplos). O Instituto Nacional do Livro - INL, criou vínculos e vícios ao distribuir pacotes bibliográficos que destoavam das realidades em que eram inseridos. Verdadeira pantomima armada em palácios. Os prefeitos convidados para os grandiosos atos de entrega de livros, eram chamados, recebiam a caixa contendo livros, e sorridentes e agradecidos retiravam-se. Uma solenidade inútil que serviria para dormitação bovina dos municípios agraciados. Os municípios, então, recebiam seus pacotes de livros isentos de outras preocupações como:

- 1) a quem serviria?;
- 2) qual o destino a ser dado ao pacote?;
- 3) como seria processado, controlado e mantido tal material?;
- 4) quais as condições ambientais de preservação?;
- 5) quem seria responsável administrativamente pelo material. Enfim, na fogueira das vaidades (doar e fazer marketing) não cabiam tais preocupações. Isso ficaria para mortais comuns: bibliotecários ideólogos culturais ou que estivessem em corporações profissionais.

Isto posto, está claro que não saímos do início, ou seja biblioteca escolar ainda é um projeto nacional não proposto, mesmo assim supostamente está na fase do “desenvolvimento” e é a “esperança”.

A Informação Necessária (ou a democratização da informação)

Superar a fase do desenvolvimento e passar da esperança à realidade depende da capacidade de mudanças estruturais do Estado. Repensar o Estado é um desafio que deve culminar em práticas que tornem emergentes as mudanças estruturais necessárias. Buscar uma relação social mais democrática, flexibilizando a informação de tal forma que todos os segmentos da cidadania possam ter acesso a este bem educacional e cultural.

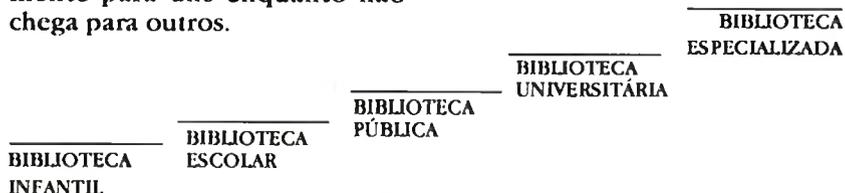
Assim, no Brasil em que convivem a diarreia e as mais sofisticadas cirurgias do coração; em que o povo morre de fome mas o governo deixa apodrecer grãos em seus depósitos; em que a indústria ainda precisa de incentivos mas usa-se a tecnologia de ponta na construção de aviões, a informação também se divide e doa-se generosamente para uns enquanto não chega para outros.

Se, por um lado, as universidades brasileiras (há exceções) aprimoram a cada dia as suas ferramentas tecnológicas informacionais, operando em redes nacionais e internacionais, as escolas públicas ainda não possuem bibliotecas.

Se, por um lado, as bibliotecas ou centros de informação de empresas de pesquisas abarrotam-se de suportes informacionais, as escolas públicas quando contam com bibliotecas não contam com livros, suporte mínimo exigível.

Reside aí uma desigualdade longe de ser equacionada. Isto porque na escola pública não existem pesquisadores (função que no Brasil compulsoriamente passou a ser privilégio da universidade). Assim, não existindo a demanda por pesquisa, não existe a pressão por informação, não existido consequentemente bibliotecas. Os professores não se atualizam e os alunos não ficam informados.

No Brasil, o ceme do problema está no nascedouro, ou seja, a prática da biblioteca (leitura, informação e pesquisa) não começa com a entrada da criança na escola. A estrutura da prática da biblioteca está demonstrada no gráfico abaixo:



No gráfico procuramos estabelecer a importância da instituição biblioteca enquanto órgão disseminador de informação na rotina educacional e cultural do brasileiro. O degrau informacional é diretamente proporcional à importância dada ao segmento. Cada passo dado na escalada da formação profissional sobe o grau da importância. Um erro tão grave quanto o descuido com o ensino de primeiro e segundo graus.

Da biblioteca infantil, primeiro degrau da escalada informacional, quase não se tem notícias. A criança entra na escola e durante os seus primeiros contatos com as letras, não fica gravado no seu subconsciente a palavra biblioteca. Logo depois, ao assumir compromisso com o curso de primeiro grau menor a lacuna permanece. Ao adentrar o primeiro grau maior, surgem as primeiras pesquisas e a noção de que precisa de um local para buscar as informações requeridas. Como não existe biblioteca na sua escola, procura timidamente a biblioteca pública, e só durante o segundo grau, já adolescente, admite um contato maior com a biblioteca, ainda que dentro de um processo traumático de pesquisa/cópia. Ao assumir uma vaga na escola superior a necessidade faz com que estreite o uso da biblioteca, mas não tendo conhecimento das potencialidades da mesma mantém com esta um relacionamento à distância, e a transforma apenas em um banco

de empréstimo de livros ou local para estudo. Somente após formado, o profissional que vai se dedicar à pesquisa ou aprofundar suas informações em busca de aprimoramento passa a usar a biblioteca com mais disposição e a buscar a informação com mais determinação.

Da ilustração do degrau informacional resta a lição pouco democrática do pouco caso que esta nação tem feito com a informação, um dos princípios básicos do convívio democrático.

Repensar o Estado é priorizar a biblioteca escolar enquanto local da prática da informação, deixando-a em condições de estreitar o relacionamento entre estudantes e informação, para que tenham condições de exercerem suas cidadanias.

Informação na Escola (ou a Legislação Acumulada)

Se considerarmos a educação um dos mais importantes investimentos no campo social (junte-se aí saúde e habitação), há que se levar em conta os indicadores da área para podermos repensar o Estado. É impossível a continuidade da convivência com a situação de penúria da área educacional com um ensino público deficiente e de má qualidade e com profissionais (professores, pedagogos, bibliotecários, entre outros) entre os mais mal remunerados servidores públicos.

Em Sergipe, a informação pública passou a ser preocupação no final da década de 80. A preocupação de bibliotecários da Associação Profissional dos Bibliotecários de Sergipe para com a área informacional pública chegou à Assembléia Legislativa do Estado. Convocado pela Mesa Diretora daquela Casa, o presidente da Associação dos Bibliotecários expôs a situação caótica da informação pública em Sergipe. (Anotese como informação pública no contexto citado as situações das bibliotecas públicas e da ausência de bibliotecas escolares.)

Do discurso e do debate com os parlamentares surgiu a necessidade da iniciativa de se propor uma mudança na estrutura da informação pública em Sergipe. A mudança, embora em caráter teórico, concretizou-se através da Lei 2.824, de 18 de julho de 1990. No entorno da informação escolar a Lei "dispõe sobre a obrigatoriedade de construção e manutenção de bibliotecas e a admissão de bibliotecários em estabelecimentos de ensino pertencentes à rede estadual".

Com a Lei, em Sergipe passou a ser de natureza obrigatória a implantação e funcionamento de bibliotecas em todos os estabelecimentos de ensino de primeiro e segundo graus, administrados pela Secretaria de Estado da Educação, assim como seriam administradas por profissionais de biblioteconomia, sendo as admissões procedidas mediante concur-

so público de provas e títulos. A Lei ampara todas as unidades escolares em funcionamento e as doravante construídas.

O Legislativo determina ao Executivo que, através da Secretaria de Estado da Educação proceda à dotação orçamentária para aquisição bibliográfica e atualização anual obedecendo padrões estabelecidos pela Unesco.

Embora votada por unanimidade e sancionada pelo Governo de Sergipe em 1990, quando determinou, na própria Lei, providências por parte do Executivo para o seu cumprimento dentro do prazo de um ano, decorridos pouco mais de quatro anos a Lei ainda não está sendo cumprida.

O não cumprimento da Lei prova que ela é letra morta quando o Executivo não se dá a respeitar compromissos assumidos na casa do povo, e que provoquem mudanças estruturais na sociedade. Com o sentimento de que o Legislativo cumpriu a sua parte, legislando em defesa da informação pública, e que ao Executivo faltou vontade política para avançar a questão, o segmento dos bibliotecários voltou a tribuna da Assembléia Legislativa para denunciar o não cumprimento da Lei. Solicitou então, no que foi atendido, que a Assembléia defendesse junto ao Tribunal de Justiça o cumprimento da Lei por parte do Executivo.

Conclusão (ou à espera de um Estado democrático)

que se propôs em Sergipe não foi a corporação pura e simples como pode parecer num primeiro momento. Acima da abertura do mercado de trabalho está a abertura da informação para um segmento da sociedade. Na verdade, a lei cria o cargo de bibliotecário para evitar a prática comum de alocar professores, quase sempre incompatíveis com as salas de aula, nas bibliotecas escolares - uma situação e um erro nacionais.

A reforma do Estado passa pelo equilíbrio harmônico da distribuição da informação, primeiro passo para o entendimento da miséria coletiva social, política e cultural do país. Se não é possível oferecer imediatamente um ambiente cultural distinto a todos, que a informação justa e verdadeira seja o início do processo para o entendimento da nação.

Inserir a informação na escola pública deve, nesta nova gestão federal fazer parte das suas formulações políticas, comprometendo estados (e estes os municípios) com sua execução. A sociedade politicamente organizada (Estado e seus aparatos administrativos) deve repensar o Estado incorporando novas tendências institucionais, buscando a socialização da informação. Neste sentido, é necessário uma cruzada pró-informação escolar estabele-

cendo uma proposta que, além da informação que melhore a qualidade do ensino, seja necessário buscar a informação para subsidiar o processo do conhecimento, da pesquisa e da prática da cidadania.

Quanto menor for o acesso do cidadão à informação, menor será o domínio do entendimento político e conseqüentemente maior a distância na busca de um Estado democrático que pregue igualdade de oportunidades, liberdades de opções e fraternidade de ações.

Resumen

ESCALÓN INFORMACIONAL

Analiza la calidad de la información que es concedida al ciudadano brasileño. Aclara que el poder de información está concentrado en los medios, en especial la televisión, y que culmina en una información masificada que tiende a la manipulación. Presenta, además, la teoría del escalón informacional, en que las piezas institucionales no presentan proporción de importancia. Y propone, finalmente, una nueva tendencia institucional que modifique la estructura de la concesión de la información, privilegiando el sistema educacional básico por medio de las bibliotecas escolares.

Abstract

INFORMATION STEP

The article analyses the quality of information given to Brazilian citizen. Clarifies that the information power is concentrated in the media, especially television, and has it high point in a mass information that leads to manipulation. It presents, furthermore, the information step theory, in which the institutions do not have very much importance. Finally, it has a proporsal of a new institutional tendency that is able to modify the structure of information concession, giving privilege to the basic educational system through the school libraries.

Justino Alves Lima é bibliotecário da Universidade Federal de Sergipe.
